

O SNTCT – Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações lamenta ter de reconhecer a validade dos dados apresentados pela Jornalista Sílvia Rocha com base nos dados fornecidos pelo Diário da República.

Lamenta ainda o SNTCT que:

1. Os responsáveis governamentais, nomeadamente o Ministério que tutela os CTT-Correios de Portugal, S.A., não se tenham dignado ouvir e mesmo interiorizar os alertas deste Sindicato, e também os dos Trabalhadores CTT, no que concerne à baixa de qualidade no serviço postal prestado aos cidadãos;
2. Que o Ministro Mário Lino não tenha, aparentemente, lido ou dado a lês a um dos seus assessores, os motivos invocados nos diversos Pré-Avisos de Greve relativos às Greves que se têm vindo a verificar nos CTT. Na sua generalidade greves devidas a más condições de trabalho, sobrecarga de trabalho, não substituição de trabalhadores em falta, degradação da qualidade de serviço,...;
3. Que a entidade reguladora, a ANACOM, esteja normalmente mais receptiva a ouvir a Administração dos CTT que os trabalhadores da Empresa e as suas ORT's;
4. Que quer o Ministério da Tutela quer a ANACOM estejam, tácitamente, a permitir que os CTT encerrem Estações de Correio, transformando-as em Postos de Correio explorados por entidades estranhas aos CTT, que prestam ao cidadão apenas uma parte dos serviços disponibilizados pelas Estações de Correio exploradas directamente pelos CTT;
5. Que quer o Ministério da Tutela quer a ANACOM pretendam ignorar a substituição de Carteiros ausentes (por férias, doença e outras situações) por trabalhadores alegadamente “cedidos” por uma Empresa do Grupo, a CTT Expresso, a quem os CTT alegadamente agenciam esse giros de distribuição. Esses trabalhadores, na sua maioria ilegais (sem contrato de trabalho, sem horário de trabalho, ...), alguns mesmo cidadãos em situação ilegal em Portugal como já foi comprovado quer pela Inspeção de Trabalho quer pelo SEF não têm qualquer formação para a execução das funções de Carteiro;
6. Que quer o Ministério da Tutela quer a ANACOM pretendam ignorar que, a esses trabalhadores alegadamente “cedidos” pelos CTT Expresso aos CTT Correios, por serem trabalhadores ilegais e sem contrato de trabalho, não é pedido qualquer registo criminal ao contrário do que é exigido aos trabalhadores do quadro de pessoal dos CTT;
7. Que quer o Ministério da Tutela quer a ANACOM assistam, impávidos e serenos, à degradação da qualidade do serviço público de correios aos cidadãos, como se um direito legal e mesmo contitucional seja de menor importância perante a fúria lucrativa de uma Administração dos CTT que parece mais apostada em fazer curriculum do que em cumprir as funções de que está investida e para as quais está muito bem paga.
8. Por último lamentar ainda que a Administração dos CTT, ao invés de reconhecer as suas culpas por uma gestão atentatória dos direitos dos cidadãos a uma boa comunicação via postal, recorra ao velho e estafado “papão” das greves para tentar justificar o injustificável; que é ela, a Administração dos CTT, a única responsável pela degradação da qualidade do serviço postal público prestado aos cidadãos e que se comporta como se, ao invés de estar a gerir uma Empresa de capital Estatal, esteja a gerir uma empresa familiar e privada.

Em termos de nota final o SNTCT afirma ainda o seguinte;

Se o cidadão português, utente dos serviços prestados pelos CTT, para além de reclamar verbalmente junto daqueles que dão a cara pela Empresa (os Carteiros e os Técnicos Postais dos balcões das Estações de Correio), o fizesse também por escrito no Livro de Reclamações, o número de reclamações iria muito acima daquele que é oficialmente referido.

E deixarmos uma questão final;

A quem interessa a degradação dos serviços prestados pelos CTT?

Se não interessa aos cidadãos, se não interessa aos trabalhadores postais, a quem pode interessar?

Lisboa, 19 de Abril de 2007

O Secretariado Nacional do SNTCT

Disparam as queixas contra os CTT e a Banca

manuel de almeida / lusa

Sílvia Rocha

Os serviços dos CTT - Correios de Portugal receberam 24 mil reclamações em 2006, na maioria relativas ao envio de correspondência, foi ontem revelado em Diário da República. Também o número de queixas de consumidores junto da De co sobre a prática bancária quase duplicou em 2006, disse ontem a associação (ver caixa).



Reclamações relativas ao envio de correspondência atingem 81,9%

Nos CTT, o aumento das reclamações foi de 46,1% face a 2005, quando se verificaram 16 500 protestos. Segundo apurou o JN junto de fonte oficial dos Correios, uma das razões que poderá ter fomentado esta subida foi a ocorrência de 80 greves, em 2006.

De acordo com o Diário da República, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006, a empresa respondeu a 24 144 reclamações postais, das quais 81,9% estiveram relacionadas com o envio de correspondência, e 6% relativas a encomendas postais. Em igual período, os Correios atenderam a 40 492 pedidos de informação/localização de objectos postais, dos quais 69,5% disseram respeito a envios de correspondência, e 30,5% a encomendas postais.

Segundo o documento, em 2006, os níveis de qualidade de serviço prestados situaram-se nos 94,9% para o encaminhamento do correio normal, e 92,6%, para o correio azul. O tempo de espera em fila foi inferior a dez minutos, em 92,6% dos casos.

A Anacom, entidade que regula as comunicações, já tinha sublinhado, no início da semana, entre outros sectores, o aumento do volume das reclamações nos serviços postais.

Já o aumento de queixas apontado pela Associação para Defesa dos Consumidores coloca a banca no "3.º lugar da lista das entidades reclamadas", adiantou um responsável, citado pela Lusa.